



¡HOLA, HERMANOS! CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR NA COLÔMBIA

Mariana Almeida de Lima¹

RESUMO

O ensino superior na Colômbia desempenha um papel essencial no desenvolvimento educacional e socioeconômico do país. Com uma variedade de instituições de ensino superior, incluindo universidades públicas e privadas, a Colômbia oferece uma gama diversificada de programas acadêmicos. O sistema de ensino superior colombiano busca promover a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento profissional, contribuindo para a formação de profissionais qualificados. Assim, este estudo almeja principalmente discorrer sobre o Ensino Superior ofertado na Colômbia, tendo em vista que seu território faz fronteira com o Brasil. Dessa forma, o presente estudo recorre a diversas fontes bibliográficas, analisadas qualitativamente. Assim, notou-se crescente ênfase na internacionalização e na qualidade do ensino reflete o compromisso contínuo do país em promover uma organização curricular e fortalecer seu sistema educacional superior para atender às demandas globais, locais e fronteiriças.

Palavras-chave: Colômbia; Ensino Superior; Organização Curricular.

ABSTRACT

Higher education in Colombia plays an essential role in the country's educational and socio-economic development. With a variety of higher education institutions, including both public and private universities, Colombia offers a diverse range of academic programs. The Colombian higher education system seeks to promote research, innovation, and professional development, contributing to the training of qualified professionals. Thus, this study aims mainly to discuss the Higher Education offered in Colombia, considering that its territory borders Brazil. Thus, the present study uses several bibliographic sources, analyzed qualitatively. Thus, it was noted that the increasing emphasis on internationalization and quality of education reflects the country's ongoing commitment to promoting a curricular organization and strengthening its higher education system to meet global, local, and border demands.

Keywords: Colombia; Higher education; Curriculum Organization.

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade Candido Mendes (2013) Pós Graduação em Direito Imobiliário pela PUC/RJ (2017) Pós Graduação em Direito Notarial e Registral pela LFG (2018) e mestrado em Direito pela Universidade Candido Mendes (2020). Atualmente é tabeliã e registradora do estado do Amazonas - Tribunal de Justiça do Amazonas.



INTRODUÇÃO

O ensino superior na Colômbia enfrenta desafios importantes, entre os quais se destacam a ampliação dos níveis de cobertura e a melhoria da qualidade das instituições que oferecem serviços educacionais neste nível de ensino. Embora durante as últimas duas décadas o número de alunos matriculados tenha crescido significativamente, sobretudo na formação técnica e tecnológica, num contexto internacional as taxas de cobertura continuam a ser baixas e não ultrapassam os 50%.

Por outro lado, a qualidade do sistema de ensino superior é heterogênea, uma vez que instituições bem-organizadas e reconhecidas pela sua excelência coexistem com instituições caracterizadas por baixos níveis de qualidade. Além disso, não existe uma ligação clara entre as necessidades do setor produtivo e a formação profissional, o que constitui uma limitação ao desenvolvimento econômico do país.

O desempenho acadêmico no ensino superior depende de uma ampla série de fatores associados à instituição e aos alunos. Dentre os fatores relacionados às instituições, destacam-se a gestão administrativa dos recursos físicos, humanos e financeiros, o incentivo à pesquisa e a qualidade do corpo docente. Por sua vez, os fatores associados aos alunos incluem, entre outros, as condições socioeconômicas do lar a que o aluno pertence, a educação dos pais e o desenvolvimento de competências cognitivas, que são adquiridas desde a primeira infância. Nos últimos anos, a importância das competências “não cognitivas” no sucesso acadêmico e profissional das pessoas também tem sido reconhecida.

Segundo Tough (2012), o interesse no estudo do impacto das habilidades não cognitivas no desenvolvimento individual se estende a pesquisadores de diferentes disciplinas, como educadores, economistas, psicólogos, médicos e neurocientistas. Os resultados dessas investigações indicam, conforme Tough (2012, p. 15), “[...] o que mais importa no desenvolvimento de uma criança não são as informações que ela consegue armazenar em seu cérebro nos primeiros anos, o que importa é a ajuda que pode ser dada a ela para que ela desenvolva uma série de qualidades ou traços de personalidade como persistência, autocontrole, curiosidade, determinação e autoconfiança.”



Entre os economistas, quem mais tem estudado esse tema é Heckman (2000), que destaca a importância das habilidades cognitivas e não cognitivas no desempenho dos alunos. Com base nos resultados da sua investigação, Heckman (2000) enfatiza a necessidade de investimento precoce em capital humano para o desenvolvimento destes dois tipos de competências.

De modo geral, a literatura sobre os determinantes do desempenho acadêmico na educação tem enfatizado a identificação de fatores associados tanto à instituição quanto aos alunos. Devido ao aumento da procura de recursos para ampliar os níveis de cobertura e melhorar a qualidade dos serviços educativos, ganharam recentemente importância estudos sobre eficiência técnica e de custos, que permitem avaliar o impacto de diferentes variáveis no desempenho dos serviços educativos. programas. Nesse sentido, Salerno (2003) realiza uma revisão de metodologias utilizadas e de artigos elaborados para Estados Unidos, Austrália e vários países de Europa, que empregam técnicas de fronteira estocástica e análise envoltória de dados. Esses estudos utilizam a instituição e/ou departamento acadêmico como unidade de análise. Em geral, os resultados destas investigações revelam níveis relativamente elevados de eficiência técnica e de custos (CARNEIRO; HANSEN; HECKMAN, 2002).

A nível nacional, os estudos sobre a eficiência no setor educativo têm-se centrado na formação básica e no ensino secundário. Entre estes está o trabalho de Iregui, Melo e Ramos (2007), que estima a eficiência técnica para escolas públicas e privadas em 2002. Os resultados deste estudo indicam que as variáveis associadas à infraestrutura e ao ambiente socioeconômico dos estudantes têm um impacto positivo e significativo no desempenho acadêmico.

Em termos de eficiência, verifica-se que algumas escolas privadas poderiam estar se beneficiando de condições ambientais favoráveis, tendo em vista que atendem alunos de maior renda. Para o ensino superior não foram identificadas pesquisas que avaliem a eficiência das universidades e outras instituições técnicas ou tecnológicas.

Tendo em conta os desafios enfrentados pelo ensino superior na Colômbia, esta investigação, em primeiro lugar, discorrer sobre o Ensino Superior ofertado na Colômbia, tendo em vista que seu território faz fronteira com o Brasil. Assim, avalia-se o impacto no desempenho acadêmico tanto das variáveis que



são sob o controle direto das instituições de ensino e de alguns fatores socioeconômicos e ambientais associados aos estudantes.

Os resultados do exercício empírico indicam que existe uma resposta positiva e significativa entre o desempenho acadêmico e as variáveis infraestruturais e as relacionadas com o corpo docente. Os resultados sugerem também que fatores de origem estudantil, como o rendimento familiar e o nível de escolaridade dos pais, desempenham um papel importante na explicação dos resultados obtidos pelas instituições de ensino superior do país e pelos seus programas.

EDUCAÇÃO SUPERIOR NA COLÔMBIA

O ensino superior na Colômbia começou no período colonial, e particularmente nos séculos XVI e XVII, com a fundação em Bogotá das universidades de Santo Tomás, San Francisco Javier, hoje *Pontificia Universidad Javeriana*, e do *Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario*.

Essas instituições de ensino concentraram suas atividades no ensino de teologia, filosofia, jurisprudência e medicina. Durante esse período, o acesso à universidade estava limitado a um grupo de estudantes pertencentes a ordens religiosas e a famílias espanholas ou crioulas com boa posição social (RODRÍGUEZ; BURBANO, 2012). Durante a colônia também foram fundadas algumas faculdades e outras universidades em Cartagena, Popayán, Mompox e Medellín.

Nos primeiros anos da República surgiu o interesse pelo ensino superior, especialmente pela necessidade de formar profissionais para a construção do Estado. Com esse propósito, em 1826 foram fundadas as universidades centrais e públicas de Quito, Bogotá e Caracas (RODRÍGUEZ; BURBANO, 2012).

Após a dissolução da Grande Colômbia, é aprovada uma reforma educacional liderada por Mariano Ospina Rodríguez que promove a educação técnica e científica, limita a liberdade de ensino e introduz um caráter confessional na educação, devido ao papel de liderança atribuído à Igreja Católica (JARAMILLO, 1989; PACHECO, 2002).

Posteriormente, o primeiro governo de Tomás Cipriano de Mosquera e depois o de José Hilario López (1849-1853), com um cenário agitado do ponto de vista político, adotaram um programa educacional liberal e menos intervencionista. Durante estes anos, as medidas estatais no ensino superior foram



marcadas por diferenças ideológicas entre liberais e conservadores. Vale ressaltar que em 1861 o general Mosquera expulsou os jesuítas do país e expropriou seus bens, no que ficou conhecido como “desvinculação de bens de mãos mortas”.

Após a Constituição de Rionegro (1863), que instituiu um regime federal no país, foi realizada uma reforma educacional liberal que, entre outras características, separou o poder civil do eclesiástico, estabeleceu a escola obrigatória e gratuita e redefiniu o financiamento da educação pelo Estado (SILVA, 1989). Nestes anos, destaca-se a fundação da Universidade Nacional dos Estados Unidos da Colômbia e da Universidade de Antioquia (CARNEIRO; HECKMAN, 2003).

Durante o período da Regeneração, o Estado assumiu um papel menos ativo na gestão da educação, ao conceder maior espaço à iniciativa privada e facilitar a entrada no país de diferentes ordens religiosas que gradualmente ganharam força na orientação do sistema educativo (SILVA, 1989). A Regeneração limitou a autonomia universitária e deixou o controle das instituições de ensino nas mãos do Governo (CARNEIRO; HECKMAN, 2003). Esta orientação do sistema educativo gerou resistência entre intelectuais e professores do pensamento liberal que promoveram a fundação da Universidade Externado da Colômbia em 1886 (CARNEIRO; HECKMAN, 2003).

Os primeiros anos do século XX foram caracterizados pela Guerra dos Mil Dias e pela separação do Panamá. No que diz respeito ao ensino superior, não houve avanços significativos, uma vez que persistiu o controle estatal e a influência da Igreja Católica. Nesse período, não se observa abertura de novas universidades públicas e são evidentes problemas de qualidade e baixa cobertura.

Na década de 1920, o interesse pela educação no país foi renovado, pelo que uma missão alemã foi contratada para avaliar os problemas do sector e resultou no fortalecimento da formação de professores através da fundação de algumas escolas normais. Como acontecimento notável desta década podemos citar a fundação da Universidade Livre em 1923.

Com a ascensão ao poder de Alfonso López Pumarejo em 1934, a política educacional do país mudou. No ensino superior procura-se estreitar os vínculos entre a formação acadêmica dos estudantes e a realidade econômica do país, caracterizada pelo processo de industrialização. Com esta perspectiva,



promove-se a liberdade de ensino, concede-se maior autonomia administrativa e acadêmica às universidades, destinam-se recursos para melhorar a qualidade e a prática docente, ordena-se a construção de uma Cidade Universitária e amplia-se o número de faculdades (JARAMILLO, 1989). Essa orientação foi mantida durante os governos de Eduardo Santos (1938-1942) e Alberto Lleras Camargo (1945-1946).

No que diz respeito ao ensino universitário privado, vale destacar a abertura da Pontifícia Universidade Javeriana de Bogotá em 1931 e da Universidade Pontifícia Bolivariana de Medellín em 1936. Na segunda metade da década de 1940 foram criadas diversas universidades regionais, como a Universidad del Valle em 1945, a Universidade Industrial de Santander em 1948, a Universidad del Atlántico em 1943 e a Universidade de Caldas em 1943. Em 1953, foram criadas a nível nacional a Universidade Pedagógica e Tecnológica da Colômbia em Tunja e a Universidade Pedagógica Nacional de Tunja Bogotá, e em 1948 foi fundada a Universidade dos Andes.

As reformas educacionais da Revolução da Marcha não alcançaram os objetivos propostos, devido à falta de recursos fiscais e à orientação dos novos governos que redefiniram o papel da educação na sociedade (JARAMILLO, 1989). Em 1946, o Partido Conservador recuperou a presidência da República e, mais tarde, com o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, em 1948, o país entrou numa fase de violência que durou até finais da década de 1950.

Em 1953, ocorreu um golpe militar que levou ao estabelecimento de uma ditadura que durou até 1957. Durante estes anos, a autonomia universitária foi novamente limitada e foi dada prioridade ao ensino técnico, para o qual foram criadas diversas instituições, entre as quais o Instituto de Investigação Tecnológica, destacam-se a Escola Superior de Administração Pública (ESAP), o Serviço Nacional de Aprendizagem (SENA) e o Instituto Colombiano de Crédito Educacional e Estudos Técnicos no Exterior (Icetex).

Durante o governo Rojas Pinilla (1953-1957) foi contratada a missão Le Bret, que alertava para o risco da expansão de universidades de baixa qualidade e da contratação de professores com pouco preparo. Contudo, o processo de urbanização e as mudanças demográficas geraram uma demanda crescente por serviços educacionais, o que levou à abertura de instituições privadas e ao surgimento de universidades com programas noturnos (HELG, 1989). Nas décadas



de 1960 e 1970, a procura por vagas universitárias continuou levando a um aumento significativo no número de programas e universidades, especialmente as privadas. O número de estudantes universitários multiplicou-se e passou de 20 mil em 1958 para mais de 300 mil em 1980 (HELG, 1989).

O aumento da matrícula de estudantes contrasta com a heterogeneidade na qualidade das instituições e programas oferecidos e com a insuficiente capacidade do Estado para proporcionar educação aos cidadãos que, devido à sua condição socioeconômica, não podiam pagar por este tipo de serviços (HELG, 1989).

Durante estas duas décadas houve um importante fluxo de recursos para o financiamento do ensino superior graças à participação de organizações internacionais como a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID) e as fundações Ford, Kellogg e Rockefeller. É importante notar que durante a década de sessenta as atuais sedes das universidades de Valle e Antioquia foram construídas com recursos de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outras fontes nacionais e externas.

Em 1968, foram criados o Instituto Colombiano de Promoção da Educação Superior (ICFES) e o Departamento Administrativo de Ciência, Tecnologia e Inovação (Colciencias). No final da década de setenta e início da década de oitenta, foi estabelecido um quadro regulamentar do ensino superior que definia os princípios e objetivos do sistema, a organização, o estatuto do corpo docente, as regras de administração orçamental e as condições específicas que orientar instituições privadas.

Com a promulgação da Constituição Política de 1991, a liberdade de educação foi consagrada e a educação foi reconhecida como um direito e um serviço público que pode ser prestado pelo Estado ou por particulares. Da mesma forma, para garantir a qualidade do sistema educativo, foi atribuída ao Estado a função de fiscalização e vigilância. A Constituição também garantiu a autonomia universitária e estabeleceu que as universidades poderiam emitir os seus próprios estatutos.

Com base nas diretrizes da Constituição, foi aprovada a Lei 30 de 1992, que estabelece as bases regulamentadoras do sistema de ensino superior. Esta norma definiu os princípios e objetivos do setor, classificou os programas acadêmicos e as instituições públicas e privadas. A classificação institucional foi



realizada com base em uma tipologia que inclui instituições técnicas profissionais, instituições universitárias ou escolas e universidades tecnológicas.

A Lei 30 também definiu o estatuto do corpo docente e as regras sobre a administração do orçamento e do pessoal das instituições oficiais, garantiu o exercício da autonomia e do governo universitário, permitindo às instituições nomearem os seus diretores e a criação dos seus próprios programas académicos. Por outro lado, a lei estabeleceu as condições que norteiam o funcionamento das instituições privadas.

Com esta lei, foram instituídos como órgãos sociais o Ministério da Educação Nacional (MEN) e o Conselho Nacional do Ensino Superior (CESU). A organização do Sistema Nacional de Acreditação foi inserida no CESU, como estratégia de melhoria da qualidade do ensino superior e do Sistema Nacional de Informação.

No que diz respeito ao financiamento das universidades públicas, a lei estabeleceu contribuições crescentes do Orçamento Geral da Nação e das entidades territoriais com base nos recursos atribuídos em 1993 (COELLI; PERELMAN; ROMANO, 1999). No entanto, esta fórmula constitui um fator de controvérsia entre o Ministério das Finanças e as instituições de ensino superior oficiais devido às disparidades entre o orçamento de despesas das universidades e as receitas definidas na lei.

Este fenómeno está associado, segundo Jaramillo (2010), a fatores como as diversas regulamentações e decisões sobre pensões e salários dos professores; a necessidade de realizar investimentos em infraestrutura física e académica para ampliar a cobertura; processos de qualidade; investimentos em capital humano; a alocação de maiores recursos para pesquisas e com fenómenos que não sejam estritamente académicos, como a concessão de descontos nas mensalidades a quem exerce o direito de voto (JARAMILLO, 2010).

Assim, todos esses gastos mais elevados, não previstos ou cobertos pela Lei 30 de 1992, afetaram a dinâmica de crescimento do sistema público de ensino superior. Durante a década de 2000, foi reforçada a formação técnica e tecnológica, foi criado o Vice-Ministério do Ensino Superior, responsável pela fiscalização e fiscalização do sector, e foram adoptadas algumas medidas em matéria de acreditação e qualidade.



Dentre essas últimas medidas, vale destacar a criação da Comissão Nacional de Garantia da Qualidade (Conaces) e o fortalecimento do Conselho Nacional de Acreditação (CNA). O primeiro órgão é o principal responsável por avaliar os requisitos para a criação de instituições e programas de ensino superior e, o segundo, por emitir parecer para o credenciamento das instituições e programas.

Durante essa década foi também criado um conjunto de sistemas de informação, de forma a contribuir para o conhecimento e a tomada de decisão do sector, dentro dos quais cabe destacar o Sistema Nacional de Informação do Ensino Superior (SNIES), o Sistema de Garantia da Qualidade do Ensino Superior. Informação (SACES), o Sistema de Prevenção do Abandono no Ensino Superior (Spadies) e o Observatório do Trabalho na Educação.

Por outro lado, o ICFES tornou-se uma entidade pública especializada em serviços de avaliação educacional em todos os níveis e na geração de informação sobre a qualidade da educação. Por sua vez, a Icetex tornou-se uma entidade financeira especial que, a partir de 2010, fortaleceu os programas de crédito educacional e melhorou as condições financeiras dos empréstimos estudantis. Por fim, vale destacar que apesar dos avanços institucionais e do aumento das taxas de cobertura, ainda existe grande heterogeneidade na qualidade dos programas oferecidos, desigualdade no acesso e oferta insuficiente de vagas.

A heterogeneidade na qualidade dos programas oferecidos pode ser observada quando se compara o número de matrículas de instituições acadêmicas e programas com credenciamento atual, o que mostra um cenário bastante concentrado e desigual. Com efeito, com informação de 2015, segundo o SNIES, do total de instituições de ensino superior ativas, apenas 16% tinham acreditação de elevada qualidade. Das instituições com acreditação, 40% eram do setor oficial, enquanto das instituições sem acreditação, 73% eram do setor privado.

Além disso, segundo a CNA (2014), a cobertura de matrículas em instituições de ensino superior e programas credenciados foi de apenas 31% em 2014. Verifica-se também que a cobertura em cursos de graduação credenciados foi de 19%, enquanto a cobertura em programas de pós-graduação foi de apenas 6% 10. Finalmente, como mostram os resultados do exercício empírico, as condições econômicas e sociais dos estudantes afetam significativamente a



qualidade do ensino superior em termos do desempenho acadêmico das diferentes instituições e programas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este documento apresenta uma visão geral do ensino superior na Colômbia. Inicialmente é feita uma descrição do enquadramento histórico do ensino superior no país. No que diz respeito ao enquadramento histórico, é importante notar que no início do ensino superior na Colômbia, as atividades docentes centravam-se em determinadas áreas do conhecimento, num contexto de controle estatal e influência da Igreja Católica.

Na década de 1930, observou-se uma mudança importante na política educacional do país, à medida que se promoveu a liberdade de ensino, foram alocados recursos para melhorar a qualidade educacional e foi concedida maior autonomia às universidades. Porém, a falta de recursos impede que os objetivos propostos sejam alcançados e aspectos como a autonomia universitária são revertidos.

Posteriormente, com o processo de urbanização e as mudanças demográficas no país, gera-se uma crescente demanda por serviços educacionais, o que leva à abertura de instituições privadas e ao surgimento de universidades com programas noturnos. Com a promulgação da Constituição Política de 1991, a liberdade de educação foi consagrada e a educação foi reconhecida como um direito, o que se reflete num aumento da cobertura educativa.

Apesar dos avanços institucionais e do aumento da matrícula de estudantes, ainda há grande heterogeneidade na qualidade dos programas oferecidos, desigualdade no acesso e oferta insuficiente de vagas. Com efeito, embora durante as últimas duas décadas a cobertura tenha registado avanços importantes, especialmente na formação técnica e tecnológica, numa perspectiva internacional, a taxa de cobertura do país continua a ser relativamente baixa quando comparada com países desenvolvidos e com países latino-americanos como Argentina, Chile, Cuba, Uruguai e Porto Rico. Destaca-se também o aumento do número de alunos de graduação matriculados entre 2003 e 2014, cuja taxa de crescimento ultrapassa os 100%.



A variação no número de alunos matriculados, porém, é explicada em grande parte pelo aumento de alunos matriculados no SENA e na Universidade Nacional Aberta e a Distância. Com relação aos testes de desempenho acadêmico para o ensino superior, é importante destacar que eles só são realizados no país desde 2004. Até 2009, esses testes eram voluntários e avaliavam apenas competências específicas por programa e área de conhecimento. Com a Lei 1.324 de 2009, tornaram-se obrigatórias e passaram a avaliar competências genéricas comuns a todos os programas. No geral, os resultados indicam variações importantes entre os programas acadêmicos e as instituições acadêmicas do país.

Assim, para alcançar uma melhoria nos resultados acadêmicos, as medidas de política do Estado e as estratégias das instituições devem ter em conta, além dos critérios na contratação de professores, a definição de incentivos à investigação e os mecanismos administrativos e financeiros, os mecanismos que ajudam a neutralizar o impacto negativo derivado das condições socioeconômicas dos estudantes e de outros fatores ambientais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, P., HANSEN, K. T.; HECKMAN, J. Removing the veil of ignorance in assessing the distributional impacts of social policies (Working Paper 8840).

National Bureau of Economic Research. 2002.

CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. A evidência sobre restrições de crédito no ensino pós-secundário. **Jornal Econômico**, 112(482), 705-734 2002.

CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. **Política de capital humano** (Documento de Trabalho 9495). Escritório Nacional de Pesquisa Econômica. 2003.

CNA. Conselho Nacional de Acreditação. **Boletim Estatístico CNA**: números do Sistema Nacional de Acreditação. 2014. Obtido em http://www.cna.gov.co/1741/articles-322119_boletin_2014.pdf.



COELLI, T., PERELMAN, S.; ROMANO, E. (1999). **Contabilização de influências ambientais em modelos de fronteira estocásticos**: Com aplicação a companhias aéreas internacionais. *Jornal de Análise de Produtividade*, 11, 251-273 1999.

HECKMAN, J. **Políticas de promoção do capital humano**. *Pesquisa em Economia*, 54(1), 3-56, 2000.

HELG, A. Educação na Colômbia, 1958-1980. Em um. Tirado Mejía (diretor científico e acadêmico), **Nova história da Colômbia** (vol. IV, pp. 135-158). Bogotá: Planeta. 1989.

IREGUI, A. M., MELO, L.; RAMOS, J. Análisis de eficiencia de la educación en Colombia. **Revista de Economía del Rosario**, 10(1), 21-41, 2007.

JARAMILLO, J. La educación durante los gobiernos liberales, 1930-1946. En Á. Tirado Mejía (director científico y académico), **Nueva historia de Colombia** (vol. IV, pp. 87-110). Bogotá: Planeta. 1989.

PACHECO, I. F. **Evolução legislativa do ensino superior na Colômbia**. Educação culpada, educação redentora. *Observatório Digital para a Educação Superior na América Latina e no Caribe*, IES/2002/ED/PI/30. Iesalc – UNESCO. 2002.

RODRÍGUEZ G., R.; BURBANO, G. **Historia de la universidad e historia de la educación superior en América Latina** (presentado en Educación Superior: Debates y Desafíos, Cátedra Manuel Ancízar 2012-1). Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. 2012.

SALERNO, C. S. **What we know about the efficiency of higher education institutions**: The best evidence. Center for Higher Education Policy Studies (CHEPS), University of Twente. Enschede: The Netherlands. 2003.



SILVA, R. Educação na Colômbia, 1880-1930. Em um. Tirado Mejía (diretor científico e acadêmico), **Nova história da Colômbia** (vol. IV, pp. 61-86). Bogotá: Planeta. 1989.

TOUGH, P. **How children succeed**: Grit, curiosity, and the hidden power of character. Nueva York: Houghton Mifflin Harcourt. 2012.